

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte;
permitida a citação. A citação deve ser fiel à
gravação, com indicação de fonte conforme
abaixo.

PINAZZA, Luiz Antônio. Luiz Antônio
Pinazza (depoimento, 2012). Rio de Janeiro,
CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV),
(1h 19min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do
convênio entre ESCOLA DE ECONOMIA
DE SÃO PAULO (EESP/FGV) e
FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV).
É obrigatório o crédito às instituições
mencionadas.

**Luiz Antônio Pinazza
(depoimento, 2012)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: História de vida

Entrevistador(es): Ana Carolina Bichoffe; Mário Grynszpan;

Técnico de gravação: Ignorado; Ítalo Rocha Viana;

Local: São Paulo - SP - Brasil;

Data: 15/10/2012

Duração: 1h 19min

Arquivo digital - áudio: 2; Arquivo digital - vídeo: 2; MiniDV: 2;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Trajetória e pensamento das elites do agronegócio”, desenvolvido entre setembro de 2011 e dezembro de 2012, com financiamento da presidência da Fundação Getúlio Vargas. O projeto tem como objetivos a constituição de um banco de depoimentos (registrados em áudio e vídeo), que deverá ser disponibilizado na internet e, eventualmente, servirá como fonte para a publicação de um livro.

Temas: Agricultura; Agroindústria; Atividade acadêmica; Atividade profissional; Banespa; Cultura; Economia; Ensino secundário; Ensino superior; Família; Infância; Legislação trabalhista; Magistério; Pós - graduação; Turismo;

Sumário

Entrevista: 15/10/2012 Origens familiares; infância em Piracicaba; a ligação familiar com agricultura; trajetória escolar; a trajetória acadêmica; a formação em Economia; a pós-graduação em Economia Rural; o mestrado; a atuação no Banco do Estado de São Paulo; a construção do jornal Banespa Agropecuário; o trabalho na Companhia Paulista de Fertilizantes Copas; a atuação como professor no MBA de Agronegócio; a assessoria no congresso nos anos 198; a participação da criação da Associação Brasileira de Agronegócio (Abag) ; o congresso da Abag; a atuação na Agroanalysis; que a Agroanalysis como formadora de opinião; a mudança no perfil dos estudantes no curso de Agronegócio; a questão da preservação; as mudanças na Abag; as possibilidades de expansão do agronegócio do Brasil; a questão da legislação trabalhista no agronegócio; a dificuldade da relação cultural com o turismo rural; a agricultura tropical no Brasil; o trabalho de conscientização do produtor; o futuro o espaço da agricultura no Brasil; as adaptações dos cursos universitários; considerações finais.

Entrevista: 15/10/2012

M.G. - Dr. Luiz Antônio, eu gostaria que o senhor começasse contando um pouco das suas origens, seus pais, os nomes, eles são vivos ainda, enfim, o que fazem ou faziam?

L.P. - Bem, eu nasci em Piracicaba, 13 de abril de 1952. Piracicaba é um berço cultural interessante, universidades, a Faculdade de Agronomia Luiz de Queiroz¹, tradicional, de 1906, e naquele momento, uma cidade de 70 mil habitantes, era a marca registrada da cidade. Isso a gente nasce com essa influência. O meu pai filho de imigrante, italiano, ele já nasceu no Brasil, a família dele era despachante, cuidava de autoescola. Minha mãe, do lar, brasileira, ela é viva, o nome dela é Maria de Lourdes Godoy Pinazza e o meu pai Hermínio Pinazza, já falecido.

M.G. - Algum antepassado teve ligação com agricultura? São imigrantes, possivelmente trabalharam como colonos?

L.P. - Muita. Porque aquele momento a relação comum do urbano era muito estreita - a relação do mundo urbano com o mundo rural, em Piracicaba. Então todo final de semana você estava convivendo com a zona rural, tinha muitos ranchos, na beira dos rios. Então tinha toda essa integração muito forte.

[INTERRUPÇÃO]

M.G. - As escolas por onde o senhor passou: primária, ginásio?

L.P. - Meu primário eu fiz num colégio presbiteriano, apesar de ser de família católica, chamava-se Piracicabano.

M.G. - Por que esse colégio?

L.P. - A minha família sempre morou no centro da cidade, e toda convivência era no centro da cidade, toda minha convivência. Apesar do centro também não ficar distante do mundo rural. Então era uma escola no centro da cidade, o meu irmão tinha estudado lá, foi mais ou menos nessa orientação. Depois eu fiz o que chamávamos ginásio e científico, em uma escola que se chamava Monsenhor Jerônimo Galo, fiz todo esse período, aí fiz o cursinho lá em Piracicaba mesmo, e fui estudar na Esalq, é Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Meu irmão² já estudava em Esalq.

¹ Referência à Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (Esalq/USP).

² Referência a Antônio Herminio Pinazza (? – 2002). Formado em Engenharia Agrônômica pela Esalq (1972). Mestre em Economia Rural e Doutor em Ciências Agrárias. Lecionou no curso de Engenharia de Produção da

M.G. – Seu irmão também é agrônomo?

L.P. - Sim, meu irmão...

M.G. – São quantos irmãos?

L.P. - Só um. E o meu irmão veio a falecer há dez anos, dia primeiro de outubro. Nós fomos, os dois, na parte Economia, ele muito mais na área de cana. Eu quando me formei na Esalq, eu fiz mestrado e vim para São Paulo.

M.G. - Fez mestrado em Economia?

L.P. - Economia, e vim para São Paulo trabalhar em banco.

M.G. - Mas a formação foi em Agronomia?

L.P. - Agronomia, uma formação básica, e tinha pós-graduação em Economia Rural.

M.G. - Em que ano o senhor entrou para a Esalq?

L.P. - Entrei em 1972, me formei em 75, fiz um mestrado, em 1977 eu vim trabalhar aqui em São Paulo no Banco do Estado de São Paulo³. O financiamento era para todo o estado, e também para outros estados. Aquilo me possibilitou fazer muitas viagens. E naquele momento também eu fiquei conhecendo o Ivan Wedekin, e o Ivan foi fazer um estágio na Fundação Getúlio Vargas.

M.G. - Vocês chegaram a estudar juntos?

L.P. - Não. Ele é formado um ano na minha frente. Aí eu fiquei conhecendo ele no final do curso, ele estava indo na Fundação Getúlio Vargas fazer um trabalho de pesquisa de cana, a gente se aproximou, fizemos alguns trabalhos para a *Conjuntura*⁴, naquela época *Conjuntura* era uma revista de formadora da opinião pública, muito forte. Aquilo dava uma repercussão. Também naquele momento, final dos anos 70 surgiu a *Agroanalysis*⁵ com o Paulo Rabelo⁶. Paulo Rabelo estava vindo de Chicago, com uma visão sistêmica da agricultura, essa visão da cadeia produtiva do agrobusiness, que nós gostávamos muito de cultivar esse tipo de

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e Faculdade Metodista de Piracicaba. Foi também Secretário Executivo da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag).

³ Banco do Estado de São Paulo (Banespa). Instituição financeira estatal paulista fundada em 1909. Foi federalizado durante o governo estadual de Fleury em 1995. E, em 2000, privatizado pelo governo Federal de Fernando Henrique Cardoso (FHC).

⁴ Referência a Revista *Conjuntura Econômica*, editada pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) criada em 1947.

⁵ Trata-se de um periódico de publicação mensal, sobre agronegócio e economia agrícola. Vinculada ao Centro de Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (Agro/FGV). Tendo como fundadores Julian M. Chacel e Paulo Rabelo de Castro.

⁶ Referência a Paulo Rabelo de Castro. Doutor em economia pela Universidade de Chicago, atualmente é articulista da revista *Época* e economista da RC Consultoria.

pensamento. E ali eu acho que nasceu essa questão embrionária desse conceito. Porque a *Agroanalysis* veio muito com isso, com uma visão agroindustrial.

M.G. - Qual foi o tema da sua dissertação de mestrado? O senhor chegou a terminar o mestrado?

L.P. - Terminei. Foi “Demanda para o crédito rural”, uma análise da demanda de crédito rural, a conclusão que chegamos era que era inelástica. Naquela época a taxa de juros era muito baixa, então uma alteração não provocava muito a questão da demanda, era muito subsidiada, então mudança na taxa de juro não afetava tanto a demanda. E depois eu verifiquei isso na prática, dentro do banco do Estado de São Paulo. O Banco do Estado de São Paulo eu fiquei até 1984. O Brasil começou aquele momento difícil da hiperinflação. Eu fui trabalhar na Companhia Paulista de Fertilizantes Copas.

M.G. - Quando saiu do Banespa?

L.P. - É. Fiquei dois anos na Copas, sempre ligado a *Agroanalysis*, escrevendo, e nesse período também eu conheci o professor Nakano⁷. E o professor Nakano foi diretor do Banespa, lá nós fizemos um jornal chamado *Banespa Agropecuário*, e fizemos uma série de trabalho de levar informação para o campo, tomada de decisão, começar a fazer esse tipo de link. Eu fiquei na Copas e depois eu fui para a Agrocerec.

M.G. - O senhor foi quando para a Agrocerec?

L.P. - Fui a final de 86. Era início do Plano Cruzado, uma fase muito difícil.

M.G. - O senhor foi trabalhar direto com o Ney Bittencourt⁸ ou não?

L.P. - Fui trabalhar direto com o Ney.

M.G. - O Wedekin também já estava lá?

L.P. - Estava lá.

M.G. - O senhor chegou a ir também a ir para o Seminário de Agribusiness de Harvard?

L.P. - Fui. Cheguei a ir.

M.G. - E no período estava na Agrocerec, não é?

L.P. - No período. Eu acho que eu fui em 89 ou 90. Porque aí, em 1990 nós fizemos o livro *Agribusiness Brasileiro*⁹. Eu o Ivan E o Ney.

⁷ Professor aposentado do departamento de Entomologia, Fitopatologia e Zoologia agrícola da Esalq/USP (1965 – 2005).

⁸ Ney Bittencourt de Araújo (?-1996) foi engenheiro agrônomo e presidente da Agrocerec (1978 a 1996). Também um dos fundadores da Associação Brasileira de Agronegócio (Abag). Foi responsável pela diversificação da Agrocerec, companhia fundada pelo pai (1945), Antônio Secundino, ampliando o escopo de atuação - de produtora de milho em centro de desenvolvimento de genética animal e vegetal.

M.G. - Foi de quem a ideia de fazer o livro?

L.P. - Era aniversário da Agroceres. A Agroceres estava fazendo 45 anos, ela é de 1945, logo no final do pós-guerra. E o Brasil precisava de uma visão mais avançada da agricultura. A Agroceres era uma empresa de tecnologia genética, então ali você começou a entender o impacto dos ganhos da produtividade sobre o custo dos alimentos, sobre a geração de maior produção, e que aquilo não era uma questão que dependia só da produção em si, por dentro da porteira. Dependia muito do desenvolvimento do antes da porteira: a indústria de fertilizantes, defensivos, a indústria sementeira. E o Brasil já estava forte nesse setor, nos anos 90. A gente já via que havia um potencial muito grande para levar todos esses pacotes para o campo. E é o que nós insistimos nesses 20 anos, nós insistimos, então, o florescimento desse agronegócio, dessa visão da cadeia produtiva.

M.G. - Mas isso o Ney traz lá de Harvard essa ideia de agribusiness?

L.P. - Olha, o Ney antes de tudo era um empresário, e um empresário com uma capacidade intelectual muito alta. Ele usava o seminário de Harvard para estabelecer parcerias. A Agroceres fez parcerias com empresas internacionais na área de suínos, na área de aves, foram contatos estabelecidos lá no seminário. Então, começava a fazer sua *net*, sua rede, ali já começava também todo esse movimento de globalização. E nós sentimos que o Brasil tinha aquela visão ainda dos ciclos econômicos: do café, do algodão, da pecuária, e não era mais aquilo que existiria. O que viria para frente seria uma agricultura mais profissionalizada, uma agricultura mais tecnificada, e, com peso cada vez mais forte da gestão. Nós fizemos o livro em 1990, em 92 a *Agroanalysis* voltou, ela parou...

M.G. - Em que ano ela parou?

L.P. - Ela parou no desmonte do Collor, que foi...

M.G. - Quando acabou o IAA e acabou o financiamento do grupo da Fundação?

L.P. - Foi um momento difícil da própria Fundação, aí o Ney foi lá, conversou com o Chacel¹⁰, e voltou à revista. O Regis¹¹ como editor.

⁹ Referência ao livro: ARAÚJO, N. B.; Wedekin, I.; Pinazza, L. A. *Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro*. São Paulo: Agroceres. 1990. 238p.

¹⁰ Referência a Julian Alfonso Magalhães Chacel. Economista, formado pela Universidade do Brasil (1949) e doutor em direito pela Universidade de Paris. Foi Professor Adjunto da Faculdade de Economia e Administração da Universidade do Rio de Janeiro (1952 -19710; Professor Visitante no Instituto de Estudos Latino – Americanos Escola de Assuntos Internacionais na Universidade de Columbia (1964). Assessor Econômico do Presidente da Confederação Nacional da Indústria (1974 – 1994). Diretor do Ibre da FGV (1964-1994). Membro da Academia Internacional de Direito e Economia de São Paulo. Membro do Conselho Técnico

M.G. - Mas o Ney colocou recursos nisso?

L.P. - Olha, naquele momento as empresas começaram a colocar algum recurso, mas era um momento muito difícil. 1994 a gente tinha uma inflação de 2400%, em 94. Então nós vivendo toda aquela turbulência dos planos, foi um período, de fato, foi uma década perdida. Você meramente conseguia sobreviver. 98 a Fundação montou MBA de Agronegócio, o Mauro Lopes teve um papel muito importante, ali eu fui convidado para ficar dando as disciplinas, continuo até hoje.

M.G. - Que disciplinas?

L.P. - Eu oferecia Cadeias Agroindustriais e Políticas Públicas e continuo até hoje oferecendo esta disciplina. É muito interessante porque a gente conta a história da agricultura até ela fazer toda essa integração sistêmica, essa matriz rural com essa matriz urbana, toda essa cadeia que junta às atividades que vêm desde o interior até os centros urbanos: a prancheta do pesquisador, a gôndola do supermercado, a ligação que tudo isso tem. Então a minha vida profissional, eu saí da Agroceres em 2002...

M.G. - Só uma pergunta. O Dr. Ivan contou, como técnico da Agroceres, ele foi cedido para fazer assessoria no congresso, nas discussões, na época da Constituinte, nos anos 80, o senhor também?

L.P. - O Ivan trabalhou foi na Frente...

M.G. - Na Frente Ampla da...

L.P. - Que era o Roberto Rodrigues do lado cooperativismo, o Alysson Paulinelli¹² do lado da Confederação Nacional da Agricultura e tinha a Sociedade Rural Brasileira, que era o Teles¹³. E o Ney era um lado empresarial. E o Ivan foi assessorar todo esse trabalho da Constituinte.

M.G. - A UDR não entrava nesse...?

L.P. - Naquele momento não. Foi um trabalho de apoio acadêmico, apoio científico para construção dessa nova Constituinte.

M.G. - E o senhor trabalhou nisso também?

da Confederação Nacional do Comércio. Consultor da Presidência da Fundação Getúlio Vargas e Diretor Executivo da Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas.

¹¹ Regis Norberto da Cunha Alimandro, membro do Instituto Brasileiro de Economia/FGV, foi editor chefe da revista Agroanalysis. Autor e coautor de vários livros sobre agronegócio.

¹² Foi ministro da Agricultura no governo Ernesto Geisel (1974 – 1979). Foi presidente da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Em 1986 elegeu-se deputado federal por Minas Gerais, pelo PFL, fez parte, portanto da Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988.

¹³ Referência a Flavio Teles de Menezes, presidente da Sociedade Rural Brasileira entre 1984 a 1990.

L.P. - Não, não participei. Participei de forma indireta, porque sempre vinha uma demanda. Nós fizemos um seminário no Rio de Janeiro, lembro que foi o Paulo Rabello, eu apresentei lá um documento, foi um pequeno caderno sobre o agribusiness brasileiro. Ali a gente conjuntou os primeiros dados, eu falei: “pô, de repente nós podemos fazer, isso ficar um livro mesmo e ficar uma referência.” A gente sempre teve a convicção de que o conceito pegaria. Muitas vezes as pessoas perguntam: “porque agronegócio e vocês agribusiness?” É que na época imaginávamos que agribusiness seria como marketing, até hoje não tem um substituto para a palavra marketing. E aí apareceu esse neologismo, que é o agronegócio. E pegou. Infelizmente há um desvio conceitual, porque muita gente interpreta o agronegócio como monocultura, latifúndio, acha que agronegócio não é a cadeia produtiva. E a cadeia produtiva é um instrumento que serve para a agricultura de pequena, de média e de grande escala. Todas as propriedades tem que estar inseridas na cadeia produtiva. O café, a Cooxupé agora vai inaugurar um parque tecnológico, são 160 *blends* diferentes. A Cooxupé tem 12 mil cooperados, mais de 80% é pequeno produtor. 90% do frango vêm do sistema de integração porque é pequena propriedade, 70% da suinocultura é a pequena propriedade.

M.G. - Mas na soja não é assim...

L.P. - Nas grandes culturas, nas grandes commodities, existe uma realidade de margem pequena e escala grande. Mas a realidade do sul foi uma realidade extremamente agrícola, de imigrantes, que fez toda essa fronteira agrícola. E Mato Grosso foi desenhado dessa forma. Mato Grosso foi desenhado para ser explorado por grandes propriedades, alta mecanização. E isso dá uma competitividade enorme para o país. A questão do emprego nas propriedades rurais, por exemplo, nos Estados Unidos são 2%, é 1% na Europa, mas o emprego aparece em outros elos da cadeia. Nós temos que ter estratégia para montagem de cadeias produtivas, próximos aos locais de produção - formar os clusters. Hoje, Paço Fundo, Rio Grande do Sul é um cluster, Chapecó é outro cluster; Cascavel é outro cluster; Rio Verde é outro cluster. Interessante, você vê o MBA da Fundação, está transitando nisso aí. Luiz Eduardo Magalhães é outro cluster. E o Mauro Lopes é incrível nesse tipo de estudo. Então a gente consegue visualizar a teoria na prática.

M.G. - Deixa-me voltar só um pouquinho, depois do livro. A Abag é criada em 93, o senhor participou da criação da Abag?

L.P. - A Abag foi uma consequência da Frente Ampla. A Frente Ampla criou uma mobilização, veio o livro, aqui em São Paulo surgiu o *Pensa* - Programa de Estudos do Sistema Agroalimentar¹⁴...

M.G. - Com o Decio Zylbersztajn?

L.P. - Com o Decio.

M.G. - O Decio foi da Agrocereceres também?

L.P. - Passou uma temporada na Agrocereceres.

M.G. - Ele foi colega de vocês?

L.P. - Sim. Aliás, eu sou formado com o Decio na Agronomia, na mesma turma, e fizemos pós-graduação juntos.

M.G. - Qual era a ligação do *Pensa* com a Abag?

L.P. - Naquele instante era o seguinte, seria importante a academia passar ser o difusor do conceito. E Harvard ficou muito famosa naquela época os *cases*, os *cases* é uma coisa muito de Harvard, tanto é que nos primeiros seminários do *Pensa* nós participávamos, a gente desenvolvia os *cases* de empresas e cooperativas.

M.G. - O *Pensa* também trabalhou com essa ideia de *case*?

L.P. - Mobilizou muito.

M.G. - No modelo de Harvard?

L.P. - Isso. Os *cases* acho que foi até 1996, 97, os seminários do *Pensa*. E quando a Abag foi criada, a ideia do Ney foi montar Agrishow. A Agrishow é uma feira diferente, é uma exposição que tem as dinâmicas, então é uma feira que começa às oito horas, fecha às 18, é uma feira de negócio que existe até hoje e hoje é a maior feira da América Latina.

M.G. - E que junta a cadeia?

L.P. - Junta a cadeia. É em Ribeirão Preto.

M.G. - Tem máquinas, tem tudo lá?

L.P. - Tem máquinas. E também nesse período, em 96 houve uma mudança, houve um problema financeiro na feira, a Abag que era a detentora da maior participação, ela teve que passar a participação dela para a Abimaq - Associação Brasileira da Indústria de Máquinas

¹⁴ *Pensa* - Centro de Conhecimento em Agronegócios é um programa de pesquisa do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, criado em 17 de junho de 1990. É cadastrado como grupo de pesquisa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e é um programa institucional da Fundação Instituto de Administração – FIA.

Agrícolas, que assumiu a dívida e conseguiu viabilizar. Nesse período de crise o meu irmão veio ser diretor aqui da Abag.

M.G. - Como é o nome dele?

L.P. - Antônio Hermínio Pinazza. Ele ficou diretor.

M.G. - Ele trabalhava como agrônomo para empresas?

L.P. - Ele fez pós-graduação comigo, só que ele seguiu como professor da UFSCar – Universidade Federal de São Carlos.

M.G. - Ele fez doutorado também?

L.P. - Fez, ele seguiu carreira acadêmica. E naquele momento a gente estava procurando... A crise também, você achar um profissional, pelo relacionamento que a gente tinha, também era amigo do Decio, era amigo do Ivan, então ele veio administrar praticamente num cenário de crise.

M.G. - 96 é o ano que o Ney morre também, não é?

L.P. - Então, o Ney faleceu em janeiro de 96, foi um trauma muito grande naquele momento. Aí o Furlong¹⁵ assumiu, depois veio o Dr. Luiz Garcia¹⁶, da ABC Algar, e nesse momento quem sempre foi uma pessoa muito ativa foi o Roberto Rodrigues. O Roberto Rodrigues fez naquele momento - que foi um outro movimento de grande mobilização, teve a Frente Parlamentar, ele criou a... que juntou todas as entidades, não me lembro o nome agora¹⁷. Roberto daí ficou presidente da Aliança Internacional, tem toda história dele, em 2002 ele fica ministro. E aí 2001 nós voltamos a fazer o congresso da Abag, fizemos o primeiro, fazemos até hoje, acabamos de fazer a 12ª...

M.G. - Foi criado em 93, mas o primeiro foi só...

L.P. - Em 2001. Então muita preocupação com o primeiro congresso, foi em 2002 o primeiro congresso, no final do primeiro semestre. No segundo semestre o Roberto recebe convite para ser ministro, e a Abag foi ganhando projeção. A Abag pode-se dizer que é muito maior fora do que dentro.

M.G. - O senhor ficou na Agrocerec até que ano?

¹⁵ Referência a Arturo José Furlong.

¹⁶ Referência a Luiz Alberto Garcia, presidente do Conselho de Administração do Grupo Algar e ex-presidente da ABAG (1996 - 1999).

¹⁷ Roberto Rodrigues foi responsável, entre outras instituições, pela fundação e presidência da EXIMCOOP S.A. - trading de Cooperativas (1990-1994). Foi ainda presidente do Comitê Agrícola da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) (1992-1995). E presidente da Aliança Cooperativa Internacional para as Américas (1993-1997), entre outros cargos que ocupou no período.

L.P. - Até 2002. Porque coincidentemente a Agrocerees vendeu a parte de sementes.

M.G. - E ficou com o que?

L.P. - Ela ficou com a parte de rações, nutrição animal e genética de suínos e aves. E tem uma área muito boa lá que era de formicida, de formigas, que era líder de mercado. Então fiquei atuando na Agrocerees, e ela montou uma empresa, uma *joint venture* com um grupo equatoriano, lá em Ilhéus, de palmito. Eu coordenava isso. Naquele momento houve uma transição, pelo fato do Roberto ter ficado ministro, o Ivan ter ido para Brasília, o Regis foi para Brasília, o meu irmão faleceu, e a gente também querendo se fixar mais - um período difícil - sofre todo o abalo dessas histórias. E eu vim para fazer o congresso da Abag, que seria em Brasília, lá no Itamaraty, e o Carlos Lovatelli¹⁸ assumiu a presidência da Abag. Nós fizemos o segundo congresso em Brasília. Terminou o segundo congresso em Brasília, a *Agroanalysis* estava vindo para São Paulo.

M.G. - Já existia GV Agro?

L.P. - Não. Estava sendo criado. Na verdade a GV Projetos estava fazendo uma fusão com a do Rio. E veio para São Paulo. O Nakano, tínhamos trabalhado no Banespa, falou: “olha, você quer vir? Mas você tem que ficar pelo menos dois anos na *Agroanalysis*, eu não posso assumir.” “Vamos.” E eu fiquei aqui na Abag.

M.G. - Aí o senhor ficou nos dois lugares, ficou na *Agroanalysis* e... como conselheiro?

L.P. - Trabalhando aqui na Abag, como diretor. A gente usou a *Agroanalysis* como um veículo formador de opinião, uma grande marca, isso também beneficia, fortalece a imagem da Abag. Assim como lá atrás o Pensa teve esse papel.

M.G. - Quer dizer, a partir de certo momento tem uma junção forte entre a Abag e a *Agroanalysis*?

L.P. - Olha, existe essa parceria, essa parceria beneficia os dois lados porque é difícil conduzir revista, com rentabilidade, e a revista tem toda independência editorial. E eu participo dos MBAs da Fundação.

M.G. - O senhor falou que a *Agroanalysis* é formadora de opinião. O que seria isso, que tipo de opinião ela forma?

¹⁸ Carlo Lovatelli, bacharel em Física pela USP, com especialização em Física Nuclear, e com pós-graduação em Administração de Empresas pela FGV. Foi diretor da Bunge, vice-presidente do Conselho Administrativo da Fundação Bunge, presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove), vice-presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (Abia), diretor do Conselho de Empresários da América Latina (CEAL) e membro do Conselho Consultivo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e presidente da Abag.

L.P. - Formadora de opinião no setor. Por exemplo, o Roberto Rodrigues, tem uma seção lá, faz dez anos, a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, o secretário sempre tem uma seção, o presidente da Sociedade Rural Brasileira, artigos da Embrapa, artigos de outras empresas de consultorias escrevem, então é uma revista que goza de uma respeitabilidade.

M.G. - Ela publica quantos números, a tiragem?

L.P. - Varia de 4.500 a 5.000 porque nós fazemos muitos cadernos especiais. Cadernos especiais são sob encomenda, isso também garante uma renda para a revista.

M.G. - Encomenda como, das empresas?

L.P. - Por exemplo, um mês a gente coloca pecuária, esse mês o assunto, o eixo será pecuária. Outro mês vem protocolos, os protocolos, convenções climáticas, convenções de biodiversidade, nós também fazemos alguns cadernos especiais que são os anais de congressos, faz pela Fundação, que é uma forma de renda que dá certa segurança para a revista.

L.P. - E quem lê a revista? Tem algum estudo?

M.G. - Olha, nós fazemos as pesquisas. Ela é muito lida no setor de cooperativismo, a gente tem acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras, nós temos com as empresas em geral. É interessante, os cursos da Fundação, antes era Administração Rural, eram só produtores rurais que faziam. Hoje você vai num curso de MBA de Agronegócio, menos de 10% é produtor.

M.G. - O resto é o que?

L.P. - Advogados, jornalistas, executivos de empresas de insumos, área de alimentação, área de energia. Então esse público aí que é o grande leitor da revista.

M.G. - A que o senhor atribui essa mudança, no perfil desse público, dos cursos?

L.P. - À medida que o agribusiness no Brasil foi se consolidando, os elos foram ficando com mais visão estratégica de parcerias, você pode fazer parceria para frente, para trás, horizontal, vertical, é um campo de conhecimento vasto, imenso e complexo. Isso também deu abertura para uso de ferramentas de administração. Antigamente o que se fazia? Fazia curso de produção de uma cultura, dava uma margem, pronto, era o preço. Hoje, não. O símbolo da tecnologia, agregação de valor, então as ferramentas de administração, as ferramentas de marketing, as ferramentas de mercado futuro, a grade curricular ficou mais rica, entendeu? E muitas pessoas hoje olham a agricultura como algo simples, ele não tem a visão da cadeia, ele não tem a visão que existe a tecnologia de informação, que existe a biotecnologia, que exista

logística, infraestrutura, toda essa complexidade. Você tem uma agroindústria, ela é satélite, em torno dela circulam milhares de pequenos produtores que dão aquela matéria prima, o frango, ele fornece todos os insumos, assistência técnica, agrônômica, veterinária, nutrição, genética, então o pequeno produtor tem acesso a isso, e devolve esse produto. É uma parceria, e são milhares. Como a indústria iria fazer isso se não fosse a integração? Que é uma gestão, é uma engenharia de gestão. Ela não tem que investir, ela não imobiliza, e aí há toda uma programação, daqui a 45 dias os lotes estão chegando, os animais estão chegando pronto para o abate, então tem que ter uma conexão muito forte entre o suprimento e a comercialização, num hiato de 45 dias. Então casamento muito forte, um planejamento muito acurado.

M.G. - Quem planeja, quem faz esses cálculos? Porque não é o pequeno produtor.

L.P. - É a agroindústria. Então você tem a encomenda, a indústria programa a comercialização, e a partir daí ela faz todo um trabalho da frente para trás.

M.G. - De certo modo a gente pode dizer que a agroindústria é um elo mais dinâmico nessa cadeia?

L.P. - Sim. Na verdade, quanto mais perto do consumidor você estiver fazendo negócio, mais dinâmico e mais influente você é na cadeia. A mudança começa onde? No consumidor. Aquele que capta mais rápido a mudança do consumidor, ele influencia. É uma logística reversa.

M.G. - Então o supermercado influencia a cadeia?

L.P. - Claro, e sempre vai influenciar cada vez mais. Então, hoje a questão dos alimentos passa muito por esclarecimento. O que é um produto orgânico, o que é um produto não orgânico, o que é um produto convencional. A agricultura hoje oferece segmentos, então você tem segmentos, você tem nichos.

M.G. - Essas são questões que estão presentes na *Agroanalysis*, por exemplo?

L.P. - Sim, todo sistema. A sustentabilidade, a questão ambiental, então muitas vezes tem os falsos debates, discutir produção e meio ambiente como se eles fossem antagônicos. Não, fazem parte do mesmo processo.

M.G. - Mas o produtor vê isso como parte do mesmo processo, existe uma preocupação?

L.P. - Olha, o produtor sempre teve um lado forte de preservação.

M.G. - Mesmo quando queima?

L.P. - Veja bem. Processo de queimada, processo de desmatamento, tem muito a ver com a exploração especulativa, de riqueza rápida. Esse processo foi intenso na Amazônia, hoje está sendo reduzido, há consciência; também esse debate ambiental é algo recente. Quem polui mais, o mundo urbano ou o mundo rural? Você pega o Rio Tietê, daqui a 20 km ele está limpo. A gente não entende esse fenômeno. Mas aqui na cidade, hoje... As áreas de preservação permanente, que cidade que preserva? Reserva legal? Então, o ambiente, a questão ambiental é um componente hoje de planejamento, que ele é recente não só no mundo rural, mas no mundo urbano. E esses conceitos vêm com muita força. A mudança climática, algo recente, mas é convincente, ela chama atenção, ela desperta atenção, então é um processo de evolução.

M.G. - O senhor que é diretor, como tem sido a atuação da Abag, o que mudou nesses anos que a Abag existe como entidade, o que o senhor acentuaria nesse processo histórico dela?

L.P. - Nós tivemos quatro eleições presidências, a Abag viva. Nesses quatro processos eleitorais a Abag lhe apresentou as propostas, esteve presente. É uma formadora de opinião. O congresso da Abag é uma referência. Nós já realizamos 25 fóruns. Durante o ano a gente desenvolve fóruns. O ministério tem as câmaras setoriais, os diretores da Abag fazem parte.

M.G. - Participam das câmaras?

L.P. - Das câmaras. Então a gente é convocado para se manifestar. Entidades fortes são representadas aqui na diretoria. Então a diretoria representa os elos, tem os elos dos insumos aqui, da indústria, dos *traders*, então ela é mesclada a diretoria da Abag.

M.G. - Os bancos tem representação?

L.P. - Têm bancos, seguradoras. É um guarda-chuva. Então a gente trabalha muito com naquilo que nós chamamos os temas transversais. Ambiente é um tema transversal, todas as cadeias produtivas são afetadas por esse tema, nós trabalhamos com isso, crédito, seguro. O ano que vem o nosso congresso vai tratar de infraestrutura e logística, é um tema transversal.

M.G. - Mas trabalha com isso só de uma perspectiva, digamos, intelectual, ou trabalha com isso no sentido... O senhor falou formador de opinião. A Abag tem um trabalho no sentido de conversar com os parlamentares, de conversar com quem está no Executivo, enfim, de exercer alguma discussão?

L.P. - Nos painéis sempre estão presentes políticos, professores. São debates férteis, são debates profundos. Cada congresso são quatro, cinco painéis. Esses painéis são bem ricos de discussão. Produzimos anais.

M.G. - O senhor que organiza os congressos?

L.P. - Eu faço parte da organização, mas evidente que não sou eu sozinho, tem um grupo de pessoas. Quem tem sido ao longo dos anos... A Monica Bergamaschi, o Caio.

M.G. - Monica, que é secretária da Agricultura, não é?

L.P. - É, então a gente traz para a diretoria, a gente procura ser bem participativo nesse movimento.

M.G. - E a definição dos temas vem dessa discussão?

L.P. - Nós terminamos o congresso esse ano, e há recorrência da questão da infraestrutura e logística. O Brasil está crescendo 15 a 20 milhões de toneladas por ano. O sistema estressou. O ano que vem nós vamos correr um risco de ter uma safra de 180 milhões de toneladas, de grãos, como vai ser isso? Você olha nos portos, os navios 45 dias para fazer uma operação. E nós temos marcos regulatórios que precisam ser superados, mudados.

M.G. - Marcos regulatórios em legislação?

L.P. - Legislação, modernização. O Brasil tem um espaço enorme para as próximas décadas. Acho que ninguém duvida disso. A vinda da China, a vinda da Índia. Você pega esse ano o que está vendendo de alimentos. Agora energia renovável. Mas para crescer você precisa agora dar suporte a esse crescimento. Nós estamos crescendo com o suporte de 20 anos atrás, então nós estamos extremamente defasados.

M.G. - E isso é papel do governo, o investimento em infraestrutura?

L.P. - Infraestrutura e logística é uma política pública importante. Mas, não é o governo que faz tudo sozinho. O governo tem que ser capaz de convocar a iniciativa privada, dar segurança jurídica, contratos, porque estamos falando em longo prazo. Então a segurança jurídica, atração de recursos. O mundo está com uma liquidez enorme. Não está difícil atrair recurso. O agronegócio é uma atividade que propicia parcerias, então é inteligência para fazer isso daí.

M.G. - Como o senhor vê o quadro hoje, como o senhor projeta a situação do agronegócio do Brasil, em termos de possibilidade de crescimento, de expansão?

L.P. - Olha, o agronegócio precisa de um planejamento. Em um dos congressos da Abag, o ministro Daniel Vargas¹⁹ que substituiu Mangabeira Unger²⁰, eles tinham uma frase do

¹⁹ Daniel Barcelos Vargas, bacharel em Direito pela Universidade de Brasília. Foi Ministro Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (2007). Desempenhou os cargos de assessor especial, diretor, chefe de gabinete do ministro e subsecretário de Desenvolvimento Sustentável.

ministério, “se não se planejar o agronegócio, não se planeja o Brasil.” Quem faz a integração do Brasil? Não é o agronegócio? Então hoje o Brasil precisa projeções, cada vez projeções que vão tendo maior credibilidade. Seriam projeções de: crescimento de produção, de crescimento de demanda, de crescimento de exportação, onde vamos crescer, para onde vamos crescer, como vamos escoar, quais são esses canais de exportação. Então, nós chegamos a um tamanho, num volume, numa renda, que exige isso daí do Brasil. O Brasil é extremamente competitivo no agronegócio, ninguém mais do que ele precisa ter qualidade de gestão. E a gente percebe pela demanda que tem o MBA. As pessoas vindo, se interessando, querendo entender mais, como pode participar, como pode exercer pressão? Então nós precisamos ter um crescimento mais sustentável, seja do ponto de vista econômico, ambiental e social.

M.G. - Existe uma preocupação forte com o lado social da parte da Abag?

L.P. - Existe muito, existe muito. A hora que a gente fala, lado social, o sistema de integração é o que salvou a pequena propriedade. Você pode ter uma agroindústria fortíssima, Perdígão, mas ela é cercada de pequenos produtores. A Cooxupé agora, aquele parque tecnológico, quem vai ser o beneficiado? São os pequenos produtores. Você tem todo o nordeste hoje, que é onde concentra a pequena produção, a pequena produção de baixa renda. Você não tem ovinos, caprinos, mas genética, boa nutrição, boa agroindústria. Você tem uma parte do São Francisco, fruticultura desenvolveu, é de exportação, de alta tecnologia...

M.G. - Mas é pequena produção?

L.P. - No São Francisco? Tem de tudo, tudo. A pequena produção, assim como o pequeno estabelecimento comercial, é difícil. Porque a agricultura é uma atividade hoje que exige conhecimento, exige informação, treinamento, então, assim como os outros setores na indústria, no comércio, serviço, a agricultura requer formação. E onde tem que concentrar muito esforço é no nordeste, 40% das propriedades estão lá. A Fundação acabou de divulgar um estudo, a fonte de renda dessas propriedades é bolsa família, é bolsa estudo, é aposentadoria, não é agricultura. Agricultura meramente complementa a renda. Os locais são locais hostis para você praticar agricultura, é relevo ruim, é solo fraco. É um desafio histórico. A mesma coisa, a agricultura também tem uma classe c e d, que vai ser mais difícil de ser incorporada do que essa classe c e d da cidade.

²⁰ Roberto Mangabeira Unger (1947). Desde 1971 é professor da Universidade Harvard. Em 2007 foi convidado pelo então Presidente Lula para assumir a cadeira de Ministro de Assuntos Estratégicos (2007-2009).

M.G. - Na verdade, você tem uma pequena produção no sul do país, por exemplo, que não é a mesma coisa? Tem uma renda maior.

L.P. - Tem uma renda maior, mas é olhar a realidade, é um pouco do... Quando ele comparava o vaqueiro nordestino com aquele pessoal... o vestuário, a qualidade de vida...

M.G. - Do sul?

L.P. - Do sul. O livro *Sertões* chega uma hora ele compara, ele²¹ faz essa comparação. Você vai ao Rio Grande do Sul, você vai a Santa Catarina, é pequena propriedade, mas você pega Santa Catarina tem um relevo, muito próximo da Itália em certas regiões, terras altas, é uma cultura, uma cultura cooperativista. E foi esse povo que fez essa agricultura do Brasil, que a hora que lá não tinha mais espaço. Não dá para imaginar a agricultura como algo bucólico, romântico. A vaca dá leite no dia de Natal, no domingo, no feriado, você está entendendo? É uma atividade que exige muito. Desafio maior vai ser manter as novas gerações no campo. Essa é preocupante, para pequena, para média e para grande propriedade. A qualidade de vida da cidade é muito melhor.

M.G. - O agronegócio não vem de alguma forma, algumas pessoas pelo menos dizem isso, não sei qual a sua visão, que o agronegócio vem promovendo, digamos assim, uma melhoria da qualidade de vida em algumas regiões.

L.P. - É justamente onde vocês estavam falando tem os latifúndios. O Brasil central. Tem um IDH, um índice de desenvolvimento humano, dos melhores do Brasil, mas gerado pelo agronegócio. As cidades não são cidades perfeitas, mas são cidades que estão em condições bem melhores que outras. Você vai a Petrolina. Petrolina tem muito ali que sai frutas, legumes, verduras. Petrolina, Juazeiro que é em frente a Petrolina.

M.G. - Embora o agronegócio de alguma maneira possa produzir essa melhoria dos índices sociais, índices de desenvolvimento humano, segundo vocês apontam, em algumas regiões, por outro lado na visão pública mais geral, o agronegócio é muito associado também a... diz respeito a legislação trabalhista, as vezes se fala em trabalho escravo mesmo, trabalho infantil. Existe algum trabalho no sentido de mudar essa perspectiva?

L.P. - É evidente que existe de tudo no agronegócio.

M.G. - Como na indústria também, como nos serviços.

²¹ Menção a obra *Os Sertões* de Euclides da Cunha (1902).

L.P. - Como na sociedade existe. Então hoje há uma preocupação com o setor, em entender qual a percepção e imagem do setor. Então nós vamos fazer, no ano que vem, 20 anos, nós vamos fazer uma pesquisa...

M.G. - 20 anos de Abag?

L.P. - É. E nós vamos apresentar para a sociedade uma pesquisa sobre a imagem e a percepção do agronegócio em todos esses quesitos: transgênico, desmatamento, queimada, trabalho escravos, monocultura, latifúndio, associar predicados ruins e predicados bons e fazer uma pesquisa nas 20 maiores cidades do Brasil. Esse é o foco. A partir daí você pode ter filhotes, mas essa que é a ideia. O que pode fazer para melhorar, agregar valor, o que a gente pode fazer. A agricultura também não é só bem tangível, é bem não tangível.

M.G. - Como assim?

L.P. - Turismo rural, lazer. Você pega na Europa, na Europa não tem grandes metrópoles como tem no Brasil. Mas você vê lá como eles estão integrados ao mundo rural, para lazer, pesque-pague, para hotéis, finais de semana, para eventos. Eles têm o mês do moranguinho. O Brasil já tem muito disso. Então aquilo ali mobiliza toda uma cidade do ponto de vista de renda, shows, cultura. É uma evolução que a sociedade tem que ter, que o Brasil carece ainda muito disso.

M.G. - O senhor estava falando dessa ligação mais com o urbano que é mais forte na Europa do que no Brasil. Na Europa existe muito a associação de determinados produtos a determinadas regiões. Tanto que uma coisa forte na agricultura, pelo menos de produtos de qualidade, é o controle da origem. Você tem o queijo que vem da região tal, e os produtos são muito identificados a essas origens regionais. O queijo x vem de determinado lugar, o vinho sei lá das quantas. A gente aqui bebe muito vinho pelo tipo de uva, na França não, ele é bebido muito pela origem, de onde ele vem. E aqui a gente não tem muito essa tradição de consumir o produto e associá-lo a uma determinada origem. Isso tem a ver com isso que o senhor estava falando, da dificuldade da nossa relação cultural?

L.P. - Terminou a guerra, veio a revolução verde. O que foi a revolução verde? A revolução verde foi gerar excedente. As propriedades eram de autossustentabilidade, a partir dali ela começou a gerar excedente. Na hora que começou a gerar excedente, ela criou problema, problema de abastecer, problema de comercializar, problema de armazenar, de transportar, de beneficiar, de industrializar. Essa agricultura de excedente vem da revolução verde, em 1940,

que é tecnologia para o campo. Esse excedente de produção que gerou todos esses problemas levou ao conceito de agrobusiness, em 56, pelo professor John Davis e Ray Goldberg. Então há um hiato. A tecnologia muda a gestão. Então Ray Goldberg trouxe um arsenal diferente de análise de agricultura. Isso eu estou falando em 50, 60 anos. Então, o que nós temos? Uma série de coisas que são novas para nós: a certificação, o selo, no Vale do Rio Pó, tem 12 certificações no rio. O que o Brasil tem que fazer? Parceria com a Europa e aprender em certificação, em normas - elas são voluntárias, não são compulsórias. Uma lei, você não faz uma certificação, a lei é assim, porque ela é voluntária. E outra, não significa que ela vai abaixar custos. As certificações são uma alforria no sentido que ela dá acesso ao mercado. O Brasil tem que olhar essa oportunidade, porque é qualidade. E hoje a qualidade, por exemplo, está no meio ambiente, mas está muito em resíduos e contaminantes. Hoje a questão, todo mundo fala, vai falar muito da pegada hídrica, uso da água, vai falar muito na questão do agrotóxico, vai falar muito - estava em uma reunião na indústria - no açúcar, o brasileiro consome o dobre de açúcar do mundo.

M.G. - Em termos relativos, não é?

L.P. - É. Então, isso é problema de saúde pública, de segurança alimentar. Nós consumimos muito sódio. Agora, imagine quem trabalha com sal, as usinas que trabalham, elas têm que se mobilizar. É para o bem da humanidade. Então a gente falava muito em segurança alimentar, muito do lado quantitativo. A renda melhorou, você vai para o lado qualitativo. O conceito de segurança alimentar é um ditado bíblico. Uma sociedade quando não tem alimento, tem um problema só, uma sociedade quando tem alimento tem “n” problemas, que situação você gostaria de estar, na primeira ou na segunda? E isso vem do imperador Juliano, de Bizanto, faltou alimento, acabou o Império Romano, foi uma estratégia dos bárbaros de não chegar alimento em Bizanto, que era Constantinopla. Aí vem origem do conceito de segurança alimentar. Aí você vai olhar a história da agricultura. A história da agricultura moderna começa em 1800. Tudo no mundo temperado, não é no mundo tropical. A agricultura do mundo tropical começa em 70. Eu me formei, acostumando a fazer aração, fazer gradiação, mobilizando o solo e causando erosão. Hoje: “não mecha no solo, hoje é o plantio direto. Evite ficar com uma lavoura só. Plante outra lavoura, questão sanitária”. No mundo temperado vem uma estação de inverno, rigorosa, hostil, aquilo ali mata tudo de microrganismo, de inseto, faz a defesa sanitária, aqui no Brasil não. Aqui nós não temos nosso regime pluviométrico, varia muito de um ano para o outro. Então as doenças

permanecem, é um mundo tropical, tem muita unidade, tem calor. O Brasil está descobrindo essa agricultura tropical, que é diferente. O pessoal fala: “pô, está indo cana no Amazonas.” Amazonas chove o ano inteiro. Se você plantar cana lá, vira canudinho, porque não tem o período de seca que faz o açúcar. Você vai para Mato Grosso, você vê delegações, ônibus.

M.G. - Lá chove o ano inteiro enquanto tem floresta também, porque o dia que não tiver mais não vai chover tanto.

L.P. - Mas ninguém é louco para acabar com a floresta. Tanto é que o Brasil é o país que mais preservou. Eu recebo aqui, olha, vem pessoal inglês, tal, eles não gostam. Eu recebi um pessoal da Finlândia que dizia: “nós temos mais floresta que o Brasil, em relação a dimensão do território”. E eles plantaram. Vem um pessoal da Itália, a gente fala que a Itália não tem floresta, aí eles vêm explicar que em 1300 teve um problema glacial, que afetou as florestas. Bom, agora eu estou aprendendo. Você pega a Amazonas, 75% dela está preservada, mas é área pública, não tem dono. Como você administra isso? São nove países. Complicado.

M.G. - O senhor estava falando agora de certificação, de norma, e que a adesão a isso é voluntária, mas precisa ter um trabalho de conscientização do produtor, que se ele produzir dentro de determinados padrões, vai ser melhor, melhor para a humanidade, mas vai ser melhor para ele também.

L.P. - Exatamente.

M.G. - Que ele vai lucrar mais vai ganhar mais dinheiro.

L.P. - A assistência técnica hoje é isso. O que você faz? A certificação é um padrão, é quase como um carimbo. Os padrões vão ficando universais também. Porque você tem uma certificação, a certificação mostra um padrão de produção. A Europa consegue esse padrão por origem, por um charme. Mas a hora que você pegou as ramas da videira, foi para a Austrália, foi para o Chile, foi até no Vale São Francisco. Essa exclusividade - está sobrando vinho lá, estão fazendo etanol. E outra coisa, a agricultura é mais fácil de copiar do que a indústria. Você pega a União Europeia, foi um avanço entre a Alemanha industrial e França camponesa. Você vê que a Alemanha está indo, está aumentando a distância com a França, que foi o grande equilíbrio da União Europeia. E a França, a hora que você começar, nas nossas videiras certificação, uma série de coisas, a gente vai avançar. Mas é sempre assim, é sempre novo para nós. Nós somos retardatários no processo. E outra coisa, eles estão muito rigorosos nessa questão de segurança alimentar porque eles tiveram vaca louca, morreu gente, tiveram muito problema de resíduos, muito problema de contaminante. Então começaram a

ter uma legislação extremamente rigorosa. Que muitas vezes a gente não tem nem laboratório para fazer o que eles estão exigindo. Então, novamente, somos retardatários numa série de coisas. O que acho e tenho conversado, é muito importante as pessoas serem mais informativas e pouco opinativas, aprender mais, sabe, do que ficar opinando. Eu estou falando para certas pessoas, alguns que fizeram MBA, que são produtores, que agora estão se tornando lideranças, eu falo: “você que está começando a escrever, se apresentar em público, sejam menos opinativos e mais informativos. Explique mais, deem informação para as pessoas julgarem”, Porque se têm muito essa queda de ser opinativo, de defender. E isso, acaba piorando a imagem, acaba piorando a percepção no mundo midiático, não é?

L.P. - O senhor acha que é possível garantir oferta de alimentos de boa qualidade, com emprego razoável ou baixo de defensivo, com baixa contaminação, qualidade efetivamente, a preço baixo? Porque se a gente começa a falar em certificação significa também que o custo vai aumentando. Como junta as coisas?

M.G. - Tem que entender, o estudo mostra o seguinte, a produção química é muito mais produtiva que a orgânica, que é também muito mais cara. A orgânica precisa de muito mais área, e as áreas do mundo estão praticamente estáveis porque ganhou produtividade. A mesma coisa o Brasil, se o Brasil mantivesse a produtividade que tinha há 20 anos, precisaria de 120 milhões de hectares. Mas a questão tecnológica evolui, ela vem com propósito, há resposta. E agora também tem o debate, vai crescer mais em produtividade? Então vai precisar de pesquisa, desenvolvimento, inovação, mas também vai precisar de água, a população não para de crescer. E outra, qual é o principal fator que causa instabilidade? É o crescimento populacional. Principal fator de instabilidade no mundo é o crescimento populacional. E agora, percebe-se, olha, na sustentabilidade, se a gente não preservar, não vai sobrar nada.

M.G. - Como o senhor vê o espaço da agricultura, no Brasil, daqui para frente, vai continuar tendo tanta importância quanto tem hoje, vai crescer mais?

L.P. - Olha, tem melhorado a gestão, a tecnologia, o conhecimento. Então nós temos que ir para uma agricultura mais sustentável, temos que ir com uma agricultura mais equilibrada mesmo. Agora, sustentável, não é só meio ambiente, é econômica. Não adianta você produzir, se você não tem demanda. E o que você vai produzir? O Brasil vai ficar dependendo de fertilizantes? Então você tem todo esse conhecimento de economia verde que está brotando também. Você pega o fertilizante no Brasil tem uma eco eficiência baixa, por

quê? Porque esgota a reserva, e a reserva é irreversível. Porque o petróleo hoje tem que ser substituído? Porque ele está uma reserva finita. Então, não é isso que o mundo quer mais.

M.G. - E o Brasil tem condição de atender essas demandas?

L.P. - Nesse mundo verde? Poxa, é acreditar na tecnologia, acreditar os produtos verdes. A família que vende produtos. A questão hoje é molécula, não é o produto em si, é a construção de moléculas. No caso do petróleo, é o hidrocarboneto. Quais as rotas que você tem para chegar pelo hidrocarboneto? Via soja, via cana, via milho. Qual aquele que tem maior eficiência ecológica? Qual aquele que tem maior eficiência sustentável? Então são todos conceitos que estão chegando aí que estão em debate, uns mais adiantados, outros mais atrasados. Os cursos do MBA são muito interessantes nesse aspecto.

M.G. - Os cursos universitários vêm se adequando a essas mudanças?

L.P. - Olha, no MBA a gente tem feito isso, mas os outros não sei. Algumas escolas adotam na grade curricular.

M.G. - A Abag conversa com as escolas também no sentido de ver se elas incorporam algumas dessas dimensões?

L.P. - Agora mesmo acabamos de fazer um fórum, na semana de Luiz de Queiroz, na Esalq. Nós levamos a Associação dos Engenheiros Agrônomos, levamos o Conselho Regional de Engenharia, isso é uma integração a escola, discussão da grade curricular, para onde vai a demanda. Temos procurando incorporar na agenda e dar mais foco nessas discussões.

M.G. - O senhor é casado? São perguntas que a gente faz para todo mundo.

L.P. - Tudo bem. Sou casado, minha esposa dá aula na Faculdade de Educação da USP, tenho duas filhas. Minha esposa chama-se Simone, uma filha que se chama Natália, que está na Inglaterra, faz seis anos.

M.G. - Ela estudou o que?

L.P. - Ela fez Letras na USP com ênfase em Culturas Contemporâneas, e foi estudar em Bath, e fez mestrado, fez doutorado, agora está dando aula na Universidade de Londres, começou em Culturas Latinas.

M.G. - E a outra?

L.P. - A outra estuda no Insper, faz Administração.

M.G. - Está certo, então. Queria agradecer bastante o senhor pela entrevista, e é isso.

L.P. - Mario, foi interessante, primeira coisa que foi surpresa nosso encontro.

M.G. - Surpresa para a gente também.

L.P. - E ver como a Fundação esteve perto da vida da gente, não é? Sem eu ter uma relação formal mesmo.

M.G. - A sua relação com a *Agroanalysis* não é uma relação de...

L.P. - De contrato, sou uma pessoa jurídica.

M.G. - O senhor não tem um vínculo empregatício com a Fundação.

L.P. - É que eu me aposentei, mas eu sempre fiz um contrato, muito mais por causa da GV Projetos, quando a gente participa de concorrência, então tem que mostrar o time que está no jogo. Gostei.

M.G. - Está ótimo. A gente também. Obrigado.

[FINAL DE DEPOIMENTO]